

Pauta: Alteração na dispensação de fraldas para idosos e pessoas com deficiência pelo município de Porto Alegre

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h17min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Boa tarde. Agradecemos a presença de todos aqui hoje, alguns já conhecidos; também quero agradecer a presença dos colegas vereadores: Ver. Alvoní Medina, Ver. Pedro Ruas, Ver. Prof. Alex Fraga. Eu sou o presidente desta comissão. Desde o início desta comissão – somos seis vereadores –, cada vereador tem trazido pautas importantes para esta comissão. Esta comissão está sendo bem usada, bem aproveitada, porque o próprio nome da comissão já diz: Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Então não poderíamos fazer diferente, trazendo demandas importantes para esta Casa, onde a maior representatividade são as nossas demandas decorrentes das nossas comunidades. Temos a praticidade de sempre fazermos esse registro no início. Assumi este ano como vereador, no dia 1º de fevereiro, e quero agradecer aos vereadores Pedro Ruas, Alvoní Medina e Prof. Alex Fraga pelo carinho que têm tido comigo aqui, porque aqui a roda gira muito rápida, não é? Então o pessoal aqui tem me auxiliado muito, tem me ajudado muito, a gente tem essa praticidade e essa liberdade de fazer o que é melhor para nossa comunidade. Então aqui não tem vaidade, não tem partido, não tem nada. O nosso trabalho aqui é um trabalho coletivo, um trabalho em conjunto, para que a gente possa, todos juntos, resolver as demandas que estão chegando até nós. Há demandas que todos os vereadores apresentam; eu, enquanto na condição de presidente, sendo uma demanda... Há pouco tempo o Ver. Pedro Ruas tinha uma demanda, tinha uma reunião, onde tratava de uma ação, de uma situação de uma certa comunidade sua, só que não é dele, é nossa, tem total legitimidade e até para dar mais qualidade, para poder dar atendimento com mais certeza, clareza, nós temos essa praticidade, para que não aconteça, muitas vezes, de não darmos um atendimento correto. Registro a chegada do Ver. Cassiá Carpes, que também tem me ajudado muito nesta comissão. Estava dizendo, Ver. Cassiá, eu

sempre faço um agradecimento, no início, dessa ajuda que os vereadores estão dando aqui, principalmente na minha presidência.

Hoje, a pauta trazida pelo nosso colega, Ver. Alvoni Medina, é uma pauta muito importante, que já vou passar a palavra a ele e também aos demais colegas, antes de dar início a esta reunião, uma reunião muito importante. Com certeza, será uma reunião muito produtiva, Ver. Alvoni, em que você pode contar com todos os vereadores desta comissão, que nós estamos fazendo um belo trabalho. Com certeza, a gente vai conseguir ajudar essas demandas e lutar principalmente, que este é o nosso papel legislativo: estar cobrando do Executivo, através de ações como essas, para que a gente possa sair daqui com um encaminhamento, sair daqui com algumas certezas de dúvidas e, muitas vezes, burocracia, entraves que vocês, automaticamente, estão nos trazendo nesse decorrer dessas nossas reuniões da comissão aqui. Nós estamos trazendo diversas demandas: demandas de comunidade, demandas... Este ano tem eleição do Conselho Tutelar também, esta comissão também está à frente dessa eleição do Conselho Tutelar, para que seja uma eleição limpa, uma eleição justa para todos. Algumas comunidades também que a gente tem trazido para cá, a gente tem tido um êxito muito grande também. É nesse sentido que a gente vai fazer com que esta reunião também seja produtiva e tenha uma qualidade para que a gente possa, sim, trabalharmos todos juntos e fazer com que saíamos daqui todos com esses encaminhamentos realizados e a gente poder também cobrar depois. Hoje é o primeiro encaminhamento, depois, a gente vai passar a fiscalizar e também a estar presente juntos, de repente, através até de uma visita. A comissão, na semana passada, recebeu o direito do consumidor aqui, em que debatemos sobre a questão dos idosos, as dificuldades, da forma que os idosos estão sendo tratados, tudo que está acontecendo, principalmente os idosos estão sendo lesado, a questão do Procon, da falta de estrutura que infelizmente há. Estamos combinando, vamos fazer uma visita lá no Procon, não é, Ver. Cassiá? Eu acho importante esta comissão não estar presente somente aqui, mas também estar presente dentro das comunidades, dentro das secretarias, enfim, para que a gente possa, juntos,

estar fazendo esse trabalho com qualidade. Eu vou passar aqui a palavra aos vereadores. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Um breve registro, apenas para corroborar com as suas palavras, presidente Conselheiro Marcelo. Os vereadores Alex Fraga, Alvoní Medina, Cássia Carpes, que, junto conosco, estão dando quórum no dia de hoje, são testemunhas de que o trabalho é um trabalho para a comunidade, para a sociedade, para a capital do Estado inteira, para Porto Alegre. Cada uma, cada um tem seu espaço e sempre com muito boa vontade da CEDECONDH. Eu queria apenas parabenizá-lo, como também ao Ver. Alvoní Medina pela pauta que nos traz no dia de hoje. Esse é o registro, presidente.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde a todos que nos acompanham nesta terça-feira, uma saudação também aos colegas vereadores. Também gostaria de destacar essa prática que o nosso presidente Conselheiro Marcelo vem adotando desde o início das nossas reuniões, de proporcionar que outros vereadores conduzam as reuniões da CEDECONDH, isso tem agregado bastante qualidade, torna o ambiente mais plural e permite que nós tratemos de pautas diversas, já que a CEDECONDH é uma comissão bastante ampla. Quando se fala em direitos humanos, direito do consumidor, segurança urbana, a gente abarca uma infinidade de temas que podem ser e devem ser debatidos aqui. Então, parabéns pela condução, vou passar a palavra para os outros colegas vereadores, uma boa tarde para todos.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde a todos. É uma satisfação estarmos aqui novamente, com praticamente todo o nosso colegiado aqui, faltando apenas um e o tema é muito importante. Por isso estou ansioso para, junto com vocês, ouvir, questionar, sugerir para que nós possamos ter melhoras nesse tema. Parabéns, Ver. Alvoní.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Então com muita honra passo a condução dos trabalhos, então, ao colega Ver. Alvoni Medina.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Sr. Nelson Khalil está com a palavra.

SR. NELSON KHALIL: Boa tarde a todos, eu só queria fazer uma pequena observação, sou do Conselho Municipal do Direito das Pessoas com Deficiência, e acabou de chegar a nossa amiga Josiane, que é cega, e então como cego não consigo se localizar pelo alto-falante, quando a voz sai do alto-falante, eles não conseguem localizar, a gente sugere que as pessoas, antes de falarem no microfone, falem fora do microfone, pois assim o cego consegue localizar pessoa e aí, depois, pode tocar normalmente. Obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde a todos. (Procede à descrição da imagem.) A pauta, hoje, pessoal, sobre a as fraldas para as pessoas com deficiência e também para as pessoas idosas, chegou até nós, ao nosso gabinete e a nossa preocupação é de saber como essas pessoas vão ser tratadas, de que maneira elas vão ser acolhidas, se elas vão ser atendidas, as pessoas que precisam desses serviços.

Vou chamar para compor a Mesa a Sra. Cássia Kuhn, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Coordenadoria do Idoso e Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão Social, juntamente com o William. Chamamos também Caroline Schirmer, da Secretaria Municipal de Saúde; Carlos Simões, da Secretaria Municipal de Governança e Articulação Política Carlos Simões; a Sra. Paula, procuradora-geral do Município. Registro a presença da Fernanda, representante do Lar Santo Antônio dos Excepcionais; da Eduarda, da Casa do Menino Jesus de Praga. Vamos cumprimentar os vereadores daqui da Mesa, os nossos amigos, Ver. Alex, Ver. Pedro Ruas, Ver. Marcelo e Ver. Cassiá. Independente da sigla partidária, não deixamos de ser amigos e colegas, queremos o melhor para a nossa cidade e a luta é em prol da população que nos elegeu como vereadores de Porto Alegre.

O Sr. Nelson Khalil já integra a Mesa, é Presidente do Comdepa; a Tatiane Leal, conselheira do Comdepa, está também aqui conosco. Como funciona a situação das fraldas para a população idosa e para as pessoas com deficiência? Porque a gente tem recebido, inclusive recebi agora, aqui, mandaram uma mensagem falando, vou ler no final, exatamente sobre o assunto que nós vamos abordar, que é a sobre as fraldas e a preocupação das pessoas com essa situação. Sabemos que as pessoas que utilizam são principalmente pessoas numa condição econômica bem difícil, e às vezes a pessoa tem que tirar do bolso para uma despesa que ela não estava contando, a situação fica bem complicada. Inclusive ontem recebemos, a gente estava conversando sobre essa situação, uma mãe, aqui nosso gabinete, numa situação em que tem que dar uma assistência para o filho, Cassiá, e quase todo o salário dela vai para dar assistência para os dois filhos. Se ela não der assistência para essas crianças com autismo, a criança vai ter uma vida bem complicada também. Então eu vou passar a palavra para a Cássia, coordenadora da Secretaria Desenvolvimento Social. Seja bem-vinda, boa tarde.

SRA. CÁSSIA KUHN: Boa tarde! Boa tarde, pessoal; boa tarde, Presidente desta comissão; boa tarde, vereadores Cassiá, Pedro Ruas, Alex, Alvoní. (Procede à descrição da imagem.) Sou coordenadora das políticas para a pessoa idosa da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Porto Alegre. Em primeiro lugar, quero agradecer essa oportunidade de estar aqui, vereador, todo momento em que a gente é demandado, ele é importante para que a gente possa, além de esclarecer aquelas dúvidas das demandas que estão aqui sendo chamadas, é importante porque a gente também demonstra um pouco daquilo que a gente faz. Muitas vezes, considerando que nós temos diversos órgãos no Município, alguns órgãos acabam ficando sem... por mais que trabalhem, que façam alguma coisa, às vezes, a gente não consegue mostrar tudo aquilo que a gente consegue fazer. O Ver. Alvoní, a Câmara de Vereadores, a Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa, são grandes

parceiros da Coordenadoria, nos levam bastante demandas, e nós conseguimos sanar algumas delas, outras a gente encaminha.

Também gostaria de... ela foi convidada não só que não foi chamada para mesa, a Dra. Mariana, defensora pública da pessoa idosa, do Núcleo de Defensoria Pública do Estado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Perdoe-me, isso não vai acontecer mais. Por gentileza, a Sra. Mariana Fenalti Salla, Defensora Pública Estadual.

SRA. CÁSSIA KHUN: A Dra. Mariana também é uma grande parceira da Coordenadoria do Idoso.

Então, pessoal, em relação à demanda que nos traz aqui hoje, nós precisamos falar que a Coordenadoria do Idoso e a Coordenadoria da Acessibilidade, através do colega William, nós recebemos a incumbência de, a partir deste ano, fazer a distribuição de insumos, de fraldas para a pessoa com deficiência e para o idoso no Município de Porto Alegre. Sabemos que toda mudança ocasiona um desconforto, ocasiona uma certa curiosidade, e a gente entende que, de fato, é uma coisa que vai mexer com a vida de todo mundo, com a vida das pessoas que utilizam aquilo ali. E por mais que sejamos pessoas que não têm deficiência, que ainda não somos idosos, tentamos nos pôr no lugar dessas pessoas, só a pessoa estando naquela condição para sentir, para saber o tanto que faz falta e o tanto que isso acarreta problemas na sua vida.

Então, eu vou fazer um breve relato de como funcionava, como está funcionando hoje e qual a ideia de estar na Coordenadoria do Idoso de Acessibilidade, na SMDS, a distribuição de fraldas. Antes a distribuição de fraldas ela era comprada pela Secretaria de Saúde, distribuída em três postos, em três centros de saúde, o Comerciários, na Cruzeiro; o IAPI e o Santa Marta – ainda é distribuído lá, mudou a questão da compra, que hoje está sendo feita pela SMDS por motivo de transição. O que ocorre? Temos hoje 3.002 usuários cadastrados, que recebem esses insumos – se eu estiver errado em alguma coisa, o senhor pode me corrigir, Seu Nelson, o senhor tem bastante conhecimento. Então, o que

ocorre? Esses 3.002 usuários cadastrados, eles recebem, eles já estão cadastrados há algum tempo, eles já preenchem requisitos para percepção desses insumos, então, eles estão recebendo mediante esse cadastro que já foi feito. E esse cadastro foi feito mediante um documento, uma espécie de instrução normativa do Estado, lá de 2019, que faziam um recorte de renda, a gente poderia dizer assim, acompanhado de laudo médico e de uma série de condições para receber. Ponto, essa era a forma que era feito; foi feito o cadastramento, era feita a distribuição pela Secretaria de Saúde – compra e distribuição. De janeiro para cá, essa compra está na SMDS, então, o orçamento foi para a nossa secretaria para que nós façamos compra. Como está ocorrendo isso? É um período de transição para um futuro próximo, que eu já vou explicar como vai funcionar, e que a gente precisava ter esse momento de transição já para a SMDS ir se apropriando do assunto e até tendo mais contato com os usuários, com as pessoas que buscam para esses usuários e com toda essa situação, eu diria que nos familiarizando com a situação.

Hoje nós estamos comprando, e continua sendo distribuído nos três centros.

Está ocorrendo algum problema de fluxo? Está, como toda transição, tivemos um atraso na compra, o nosso financeiro não estava ainda bem adaptado à nossa compra. Enfim, tivemos um atraso, pode ocorrer algum outro atraso? Infelizmente pode ocorrer, mas isso a gente acredita que a partir do mês de maio esteja sanado porque nós conseguimos tomar algumas medidas internas que vão fazer com que funcione durante esta transição.

Bom, dito isso, preciso falar sobre o futuro próximo, como que será. Hoje, como falei, nós temos três centros que distribuem. Esses três centros atendem bem, eles atendem, só que imaginem a pessoa que mora lá no Extremo-Sul, a pessoa com deficiência, às vezes, ela mesma pode ir buscar, mas o idoso é muito difícil isso acontecer, o idoso geralmente é um familiar, depende de alguém para ir buscar, e aí a pessoa tem que se deslocar lá do Extremo-Sul e vir no mais próximo que seria a Cruzeiro para carregar pacotes e pacotes de fralda. A intenção dessa modificação e dessa colocação da distribuição de fraldas passar para a SMDS seria uma capilaridade no serviço, seria a gente ter pulverizado.

Então, nós estamos fazendo um edital, estamos na fase de formatação de um edital, onde essas pessoas vão poder, será escolhido através de um certame, uma empresa, uma farmácia – com certeza será uma farmácia, uma grande rede –, que tenha capilaridade de filiais, que tenha filiais nas 17 regiões Orçamento Participativo para que nós tenhamos locais onde fiquem mais próximos. O mínimo serão as 17 regiões do Orçamento Participativo. Se nós tivermos mais, melhor. Sobre isso também, temos diversos itens que estão compondo nosso termo de referência onde amanhã temos até uma reunião com a DLC sobre isso, onde a gente fala sobre qualidade da fralda, que é uma coisa que incomoda bastante, a gente sabe que causa bastante desconforto. Então, onde que nós buscamos isso? Junto com as colegas da saúde, que estão ali, que são nossas apoiadoras, estão nos passando esse serviço. Nós estamos buscando isso dentro da lista que já é homologada pela listagem da Farmácia Popular. É isso – não é, gurias?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Cássia, eu tenho uma pergunta. (Procede à descrição da imagem.) Cássia, é o seguinte, rapidamente, tu falaste nas 17 regiões do OP, onde nós teríamos uma rede de farmácias que tenha capacidade, tu até usaste a expressão correta, capilaridade, no mínimo, nas 17 regiões. O que me preocupa nesses casos, e eu já quero deixar bem claro isso, porque a gente está há muitos anos por aí, é a burocracia e o volume que pode ser entregue para cada pessoa. Há burocracia, por quê? Porque essas farmácias são comerciais, elas atendem, preferencialmente, quem lhes compra remédios, produtos, enfim, e lhes paga. Nós temos que ter uma condição, uma garantia de que esses usuários, que são 3.002 nesse momento, mas podem ser mais, terão, de fato, um atendimento adequado. Eu já vi em Porto Alegre e fora de Porto Alegre, usuários que ficam esperando mais de uma hora em situações assemelhadas. Então, muita cautela com a rede comercial. Não é um órgão público ali. Não é CRAS, CRE.. Ali é farmácia comercial. Temos que ter todo esse cuidado. É um alerta que faço tentando ajudar. Obrigado.

SRA. CÁSSIA KUHN: Importante a tua colocação, vereador, nós estamos tendo bastante cuidado com isso, justamente, na formatação desse Termo de Referência, porque nós precisamos ter a garantia... Inclusive já posso adiantar que o nosso Termo de Referência inclui um *software* onde vamos ter o controle, inclusive o Município vai ter esse controle se está sendo dispensada, qual a quantia. Baseado naquelas pessoas que normalmente já retiram o seu insumo, a sua fralda, mensalmente, eles vão ter a obrigatoriedade de ter um número... por exemplo, no Humaitá, nós temos lá 100 pessoas que retiram, então tem que ter a quantia para aquelas 100 pessoas. O que nos dá a garantia, hoje, e a nossa procuradora pode falar, é o contrato administrativo, onde ele vai ter que cumprir seus requisitos. Essa seria a garantia que...

SR. NELSON KHALIL: (Procede à descrição da imagem.) A primeira questão que eu acho que a gente deveria discutir aqui é por que motivo o insumo de saúde sai da Secretaria da Saúde para ir para a Secretaria de Desenvolvimento Social. Fralda é um insumo de saúde. Não faz o menor sentido, ao meu ver, passar para a Secretaria de Desenvolvimento Social. Nós queríamos saber a motivação para que isso tenha acontecido.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): (Procede à descrição da imagem.) O Nelson já fez uma das perguntas que eu tinha, que é justamente essa questão do recurso. Esse recurso ainda vai ser firmado dentro do orçamento, dentro do percentual obrigatório para a saúde? Ou isso vai liberar mais verba para a saúde? Essa é uma questão importante a ser debatida nesse momento. Segundo, como o Ver. Pedro Ruas alertou, mais uma intenção da Prefeitura de parceirizar um serviço oferecido à população. Como será feito o controle e a fiscalização?

Eu tenho acompanhado o trabalho que as empresas terceirizadas estão fazendo nas escolas, onde a contratação para capina deixa de ser feita e o serviço é cobrado, e a Prefeitura não tem fiscalização e tem pago o serviço que não está sendo prestado para a população. É terrível. Fui numa escola, ali nos Alpes, na

Glória, as equipes de capina foram três vezes, cortaram 100 metros quadrados de grama, em mais de um hectare, é uma escola bem grande, bem espaçosa, e o diretor disse que não ia assinar porque eles não terminaram o serviço. Aí a secretaria entrou em contato com a escola perguntando por que não assinaram, dizendo que já tinham pago. Mas não é para pagar porque eles não fizeram o serviço. Então, a fiscalização é algo que me preocupa demais. Quando o serviço é prestado por uma equipe de servidores públicos, concursados, o indivíduo tem a estabilidade do seu trabalho, mas ele também tem uma carreira a zelar. Se ele não prestar um serviço adequado, ele pode colocar tudo a perder. Pode-se abrir um processo administrativo contra ele. Agora, um ente privado, ah, vai cancelar um contrato, colocar uma multa... A população é que sofre no final das contas, e isso a gente não pode permitir. Eu gostaria de saber como será feita a fiscalização.

SRA. TATIANE LEAL: (Procede à descrição da imagem.) Dentro dessa linha que o Nelson trouxe, e que o vereador bem colocou, eu gostaria de colocar uma questão. Dentro do nosso plano de saúde, as fraldas estão como insumos da saúde, isso a gente gostaria muito de saber, porque não é nem do Município nem do Estado, é uma denominação do plano de saúde no Ministério da Saúde, e isso não mudou ainda, até onde sei, está em vigor.

Outra questão bem colocada, nós temos *Aqui Tem Farmácia Popular*, que dispensa compras de fraldas, um programa que poucos usuários, poucas pessoas têm conhecimento. Essa é uma questão que a gente gostaria de esclarecer. E sobre a dispensação pelas farmácias privadas, como bem colocou o último vereador, hoje, e falo hoje no sentido de praticamente uns dez anos, as dispensações de fraldas, como bem sabem aqui, acho que mais o pessoal da Carolina, a partir do Conselho Municipal da Saúde, da comissão da pessoa com deficiência, fizemos “n” reuniões para buscar uma regularização, vi algumas pessoas integrantes da comissão, que tivemos por longos quatro anos, para buscar uma regularização de dispensação. Faz quinze anos que eu converso com mães e cuidadores de pessoas com deficiência, sejam idosos, crianças ou

adolescentes que precisam, é um problema crônico a falta de fraldas pelo Município, a sua dispensação. Não é de hoje. Aí, a gente quer saber qual a garantia que, realmente, nessas farmácias dentro dos 18 núcleos que têm OP, serão distribuídas.

A questão do deslocamento, hoje a população já está acostumada a ir buscar. Há cadeirantes que precisam subir uma escada no Santa Marta para pegar fralda, ou ficam lá embaixo para uma outra pessoa fazer essa gentileza de fazer o serviço. Muitas vezes o elevador não está funcionando, ou está sempre lotado, porque uma pessoa do tamanho do Nelson não consegue entrar dentro do elevador do Santa Marta com mais uma pessoa. Eu, com a minha filha, já fiquei 15 minutos esperando o elevador para subir. Então, a gente tem “n” situações e critérios que vão prejudicar mais ainda essa questão de ter, porque o não ter, desde de janeiro, como a Cássia falou, que está em transição, está tendo falta, e há pessoas que usam lençóis e roupas e acabam criando feridas no corpo em função de não ter uma fralda. Não quero me estender, mas só queria pontuação que são outras questões que existem. A farmácia popular, para que a pessoa compre com o menor valor, tendo uma receita médica que está em vigor, é sobre essa troca que a gente não concorda. Nós entendemos que, citar como dispensação de insumos de saúde, como é que vai entrar para uma outra responsabilidade de uma outra pasta, que vai ser desenvolvimento social.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): (Procede à descrição da imagem.) Um abraço a todos. Quero fazer o contraponto aqui, pergunto a alguém de vocês: onde a população entra mais seguido? Nas farmácias. Olha, só no meu bairro, tem seis. Onde não tem farmácia? Pelo amor de Deus, gente, o problema não é entregar na farmácia, desde que compre e entregue. É a melhor coisa entregar na farmácia. É térreo, não tem problema, todo mundo se conhece, acessibilidade boa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Mas aí entrega onde tem acessibilidade. Tu mesmo estavas dizendo que no Santa Marta é um problema. Três só na cidade, gente. Vocês querem sofrer? Desde que tenha nas farmácias. As farmácias são térreas. Pode ter algum problema aqui ou acolá, como tudo tem, até a Câmara aqui, muitas vezes, não tem acessibilidade.

Não dá para ser assim, radical por ser radical, disso eu já entendo muito. “Ah, privatizar.” Eu mesmo, vou deixar bem claro para vocês aqui, nunca votei em privatização nesta Casa. Não sou contra a privatização, sou contra a privatização do DMAE, meus colegas aqui são testemunhas; sou contra a privatização do Banrisul, sou contra a da Corsan – fui deputado. Vocês querem fraldas, se forem distribuídas, forem compradas, uma licitação correta, que vai chegar lá na ponta para vocês, eu assino embaixo; agora, não tem cabimento, nós temos que ser sinceros, não tem cabimento em três, quatro partes da cidade entregar para uma cidade inteira. Pelo amor de Deus. Vamos abrir um pouquinho o coração, vamos tirar um pouco a questão partidária, de privatização, de não privatização. Isso não é privatização, isso é comprar. A rede, que eu não sei qual, se souberes, comunica, desde que ela entregue, e tenha as fraldas, porque eu entendi que hoje estão faltando as fraldas, que está com problema... Em três lugares, gente?! Essa é a minha opinião. Nós temos, sim, que melhorar o atendimento, e como disse o Alex, fiscalizar, isso é uma coisa que concordo plenamente. Agora, onde que não tem farmácia nesta cidade? Como ganham dinheiro com farmácia. Como nós, cidadãos, usamos a farmácia. Se eu fizer uma pesquisa, vocês vão ver quantos remédios cada um de nós usa, e para ter o remédio, tem que ir na farmácia, não tem outro lugar, só se alguém mandar levar em casa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu sei que não compra, minha filha, mas só que é o seguinte: a Prefeitura vai determinar quais as farmácias e o com o nome das pessoas, a relação das pessoas, entregar bonitinho.

SRA. TATIANE LEAL: É que essas pessoas que usam fralda, elas não compram praticamente quase medicamento, ou elas retiram no seu postinho de saúde ou elas são obrigadas a ir pessoalmente na distrital, quem vai na distrital pegar fralda, também já pega seu remédio. Dificilmente essas pessoas usam do dinheiro, porque elas não têm. Se elas precisam e se não tem dentro da listagem do SUS, elas vão para defensoria judicializar. Essa é a nossa realidade.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Aí, judicializado é outro caso, não é na farmácia. Quanto a trocar da saúde para a assistência social, espera aí, nós fizemos reunião toda hora, quem vem representar o social é órgão social da Prefeitura. A saúde tem outros compromissos, tem outros problemas seriíssimos, de doenças, aí vocês podem ir lá na doença. Então nós vamos congestionar? É assim que funciona. Quem trata do social, e tem que tratar muito bem, e aí eu comungo com vocês, é a secretaria do social. Então eu acho que dá para gente conciliar, dá para a gente... Eu não estou aqui contra vocês, ao contrário, eu quero que vocês recebam, que vocês tenham tudo isso, agora, nós não podemos fazer também um mote de briga sobre onde vai entregar, desde que entregue. Se não entregar, nós seremos os primeiros a chamar a Prefeitura e dizer “muda, porque não vai dar”, mas onde não tem farmácia? As pessoas não vão pagar na farmácia, vão receber na farmácia aquele produto que é de vocês, está lá o nome de vocês, enfim, outros detalhes importantes de vocês. Então eu acho que a Prefeitura... Conhecendo os órgãos, eu acho que a assistência social tem muito mais condições do que a saúde. A saúde é saúde, e tem pouca alternativa, ela não faz esse negócio de entrega. Ela cuida dos hospitais, ela cuida dos médicos, ela cuida do cidadão, é uma confusão. Eu estou dando a minha opinião, posso até estar errado, mas a saúde não vai fazer o que vocês querem também, mas a obrigação do social, é isso que vocês necessitam – é apenas uma opinião, posso até estar errado, quero colaborar só com o debate, não estou contrariando ninguém, estou trazendo aqui a minha opinião. Um abraço a todos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, respeitando, é claro a opinião do ilustre Ver. Cassiá Carpes, ele falou “partidarizar”. Eu não sei nem qual é o partido da Tatiane, se é que ela tem algum partido. Eu não sei. Por outro lado...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Conheci hoje a Tatiane. Aqui não há interesse de partidarizar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não, não, é que o vereador já está aí pensando... Ouve “privatização”, já fica assustado. O pessoal do governo é assim, se assusta com qualquer palavra. “Privatização”, “neoliberal”. Aqui, ninguém está partidarizando nada.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Vocês são governo agora. Vocês são governo agora, ou não querem ser governo?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O PSOL não é governo.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Não é? Então é puxadinho.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O senhor pare de ofender meu partido, nunca ofendi o seu. Tenha respeito, vereador! Tenha respeito, vereador! Apoiou e não é governo! Puxadinho é o seu! Puxadinho é o senhor!

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Abaixa esse dedo grosso.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não vou baixar dedo nenhum! Não vou baixar. O que é isso!?

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Ver. Pedro Ruas, vamos ficar dentro da pauta?

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Vocês são um puxadinho, são do partido, sim. Vocês apoiaram.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não vai ofender o meu partido. Vai aprender a ter respeito. Pensam que gritam com qualquer um aqui?

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quem está gritando és tu!

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu queria dizer, presidente, que não tem partidização nenhuma. A questão das farmácias, inclusive, pode dar certo. O que nós falamos, eu falei de uma maneira e o Ver. Alex Fraga falou de outra, era que, via de regra, quando há esse serviço de quem busca o lucro, aí pode haver, sim, um risco, se não houver fiscalização adequada. Por exemplo, até hoje, pela saúde, foram distribuídas as fraldas, até hoje são distribuídas, sai da saúde... bem, tomara que estejam. O que estamos tentando é estabelecer garantias de que haja essa distribuição. Esse tema eu conheci, hoje, inclusive, não o conhecia, conheci hoje o tema; conhecia em geral, claro, mas não as dificuldades nem a mudança de secretaria. Agora, houve essa mudança, não está explicado ainda, o Nelson Khalil está perguntando, mas, por outro lado, concluindo, para nós é importante saber, sim, como vai ser o funcionamento. O Ver. Conselheiro Marcelo perguntava antes sobre a questão dos postos de saúde! Há também postos de saúde capilarizados, há uma capilarização dos postos de saúde, talvez até ao nível de algumas redes de farmácia; talvez não, não sei. Eu faço uma colocação que pode ser contestada. Termina por aí, obviamente que, em havendo uma passagem para a iniciativa privada, mediante certame, licitação, a fiscalização tem que ser redobrada. Obrigado.

SR. NELSON KHALIL: Eu quero pedir desculpas, mas quero relembrar uma coisa, temos dois temas importantes para discutir em relação a fraldas. O primeiro, para mim, que eu acho que tem... Não acho que um seja mais importante que o outro, mas apenas por uma questão de ordem. A primeira questão é definir o seguinte, sendo que isso já está definido nacionalmente, o que é fralda? Fralda é um insumo de saúde; insumo de saúde fica onde? Na Secretaria da Saúde. Tu não vais tratar de ônibus na Secretaria de Saúde, tu não vais tratar de aspirina na Secretaria de Desenvolvimento Social, tu vais tratar de fraldas na Saúde – esta é a primeira questão. A segunda questão é a seguinte: através da CIB nº 80/19, o Estado pagava R\$ 1,00 por fralda dispensada, pelo Município, isso dava R\$ 5,4 milhões anuais, que são 3 mil pessoas recebendo 150 fraldas mensais. Com a Resolução nº 305/21, que entrou em vigor em outubro daquele ano, esse valor passou para o Programa de Incentivo da Atenção Primária à Saúde – PIAPS, e o Município ficou isentado de distribuir fralda; tanto faz se o Município distribui ou não fralda, vai receber os mesmos R\$ 5,4 milhões; só quer esses R\$ 5,4 milhões, com a passagem das fraldas para Secretaria de Desenvolvimento Social, continuam na Saúde; sai do Tesouro a verba para entregar fralda. Então, há, a meu ver, um claro desvio de finalidade, há um claro desvio nisso, porque o dinheiro continua na Secretaria da Saúde, a aloca dinheiro de outra área da Prefeitura para entregar as fraldas. Aí eu pergunto o seguinte: não seria o caso de sugerir ao Estado que tire esses R\$ 5,4 milhões, já que o Município não quer fazer a distribuição de fraldas. Eu vou repetir, e acho isso um absurdo, eu não vejo motivo nenhum para um insumo de Saúde sair da Saúde e ir para Desenvolvimento Social, até porque, isso mostrei agora para o Ver. Alex, fotos, quando a pessoa fica sem fralda, adquire doenças que vai desaguar na Secretaria de Saúde. Eu tenho testemunhando casos, está aqui, mostrei fotos, de pessoas que faleceram por falta de fraldas, adquiriram escaras tenebrosas, vindo a falecer por falta de fralda. Então, realmente não vejo nenhum motivo para sair da Saúde para o Desenvolvimento Social. Depois de discutir esse assunto, aí a gente discute a distribuição, que também acho, concordo plenamente, que nós temos um serviço capilarizado no Município, que

são mais de 100 postos de saúde que já têm, um detalhe a mais, funcionários lá para entregar medicação, porque todo posto de saúde distribui medicação, com funcionários para isso. Qual é a dificuldade que o posto de saúde tem para entregar fralda? Espaço para armazenar as fraldas. Mas é só fazer! Como todos os postos recebem medicação semanal, é só fazer um organograma, fazer uma distribuição mensal na entrega, que pode sair sem custo, por quê? Não vão me dizer que a farmácia vai entregar as fraldas de graça, vai custar muito mais do que o real que custa hoje.

SRA. CAROLINE SCHIRMER: (Procede à descrição da imagem.) Sou diretora de Atenção Primária. Boa tarde a todos, é uma honra estar aqui, representando a Secretaria da Saúde; atuo, neste momento, como diretora de Atenção Primária. Estava até então, dentro da Diretoria de Atenção Primária, a questão das fraldas, lembrando, como a Cássia trouxe bem, hoje está sendo distribuído, em apenas três pontos da cidade, nos centros de especialidade, isso foi um dos grandes problemas, sempre foi relatado pelas pacientes a dificuldade de entrega dessas fraldas; acho que talvez só quem viu ou vive essa necessidade entende o tamanho dos pacotes de fraldas. Imaginem o tamanho de um pacote de fralda de criança e multipliquem por seis, sete vezes o volume. Eu já vi pacientes cadeirante, saindo com aquele pacotão de mais de 1 metro no colo, levando de ônibus, enfim ou de qualquer outro meio, para suas casas. Então, acho que esse fator realmente sempre foi uma das reclamações da comissão – o Nelson está aí bem representando essa população. Por que saiu da Secretaria da Saúde? Muitos aqui trouxeram, na verdade, PIAPS, foi o que o Nelson trouxe, que tirou o financiamento das fraldas, ele não financia mais fraldas, ele financia, por categoria, de faixa etária. Então, é para superidosos. Se for observar o valor que tinha antes, dava em torno de R\$ 5 milhões, que recebíamos por mês. Após a portaria do PIAPS, a gente passou a receber R\$ 2 milhões por mês, e esse valor foi diluído no custo do financiamento das Equipes de Saúde da Família, considerando o estrato populacional do superidosos que são pessoas com mais de 80 anos de cada município; deixou, então, de ser atribuição do Município

continuar repassando ou não esse insumo; há municípios que não repassam mais, que desde agosto de 2021 não uma fralda para os seus usuários. Lembrando que, além disso, acho que a Tati trouxe bem ali, é um insumo, sim, da Saúde, porque ele leva à doença, mas eu vou dizer aqui: a gente distribui pasta de dente para todas as pessoas? Nós distribuimos absorventes para as mulheres, para todas as mulheres que menstruam? Há outros insumos que também são considerados da saúde e que não estão dentro da Saúde, como bem trouxe o Ver. Cassiá; a Saúde é para cuidado direto ao paciente. Nós não vamos deixar técnicos de enfermagem fazendo entrega de fraldas, o técnico tem que estar auferindo a pressão, ele tem que estar avaliando, ele tem que estar dando assistência ao paciente, e não é uma assistência administrativa. Lembrando que a portaria do Estado já trazia um recorte de vulnerabilidade, e quando eu falo de vulnerabilidade, quem é a secretaria que tem *expertise* em vulnerabilidade? Desenvolvimento social. Então vamos lá. O Estado já dizia, desde essa portaria de 2019, que tinha um recorte de renda: até três salários mínimos; e tinha que ter o laudo médico, obviamente, porque tem motivação de saúde, e a gente tem “n” situações entre. Na conversa inicial com o pessoal do desenvolvimento social, a fralda foi um dos pontos, mas a gente também tem outras incongruências dentro da saúde, por exemplo, quem fazia o transporte para pacientes cadeirantes para AACD, para o Educandário, era a saúde. Isso é saúde? Ou isso é educação? Ou isso é desenvolvimento social? Acho que a gente tem que trazer para a mesa de quem é, e eu vou dizer, não tem que ser penalizada a população. Para a população, como o vereador trouxe, tem que ser entregue. De onde que vai sair é uma organização do Executivo. Nós não estamos negando, tem que ter a garantia de entrega, a gente tem que receber, eles têm que dar, é como vocês trouxeram. Se não utilizar a fralda, ou se utilizar erroneamente, assim como lençóis, pode dar escaras, o paciente vir a internar e ter complicações. Temos também a situação da pobreza menstrual, que é outro problema, mulheres e meninas que não frequentam a escola por não terem absorventes. É justo? Isso é saúde, educação ou desenvolvimento social? A gente tem que começar a olhar o que é. Eu acho que isso caracteriza um disfarce

à pobreza do Município quando a gente bota para a saúde o que é universal, para todo mundo. Então ela já não era universal, a fralda já não era. Na sua criação, lá na portaria do Estado, ela já era para um recorte da população que tem vulnerabilidade, foi por essa justificativa o formato de dispensação. A gente tem auxiliado o pessoal, aqui tem a Cláudia, a Elaine, o pessoal da saúde, que também tem auxiliado muito, porque nós não queremos, de nenhuma forma, que dê descontinuidade; as gurias fazem todo um trabalho de compra e logística. Como a Cássia disse, teve alguns problemas no financeiro ali de liberação, enfim, mas estamos sanando para que não falte, até de fato fazer essa transição. Mas, sim, a gente tem essa proposição, enquanto Secretaria de Saúde, de trazer à tona o que é de cada secretaria. E não é uma questão, como a gente fala, de se eximir do cuidado, mas, sim, de colocar a rubrica certa no lugar certo. A rubrica caracteriza uma pobreza da população, e a gente acaba mascarando quando a gente enxuga o orçamento do desenvolvimento social como se a gente não tivesse situações, porque tem pessoas que compram as fraldas, mas muitos não compram, e para quem realmente tem dificuldade e não consegue comprar, isso vai ser bem determinante para adoecimento. Então, trazendo um pouco da saúde, desse histórico, acho que a Cássia relatou superbem a parte inicial, enfim, de como está até o momento. Obviamente, o nosso intuito, sendo na saúde, sendo no desenvolvimento social, é que a gente tenha mais capilaridade. Bom, trouxeram aqui a situação de levar para postos, para as unidades de saúde. Vamos lá. Eu vou deixar o técnico, ao invés de estar atendendo, fazendo dispensação de fralda, organizando? Em segundo lugar, a questão de logística. Gente, vocês não têm ideia do caminhão que a gente tem que transportar – a Elaine está aqui, sabe bem – para a gente conseguir entregar essa quantidade. Convido todos os vereadores para conhecerem o estoque das fraldas. A gente não tem estoque no Município para colocar todas as fraldas. Nós não conseguimos fazer para dois meses porque não temos onde colocar, não temos, essa sala fecha de fraldas. São situações em que a gente já vinha com problemas, anteriormente, na saúde, levamos isso tudo para o desenvolvimento social, porque a gente não quer continuar com esses problemas. Tem que

pensar, inovar, trazer. A gente está numa cidade de inovação, temos o South Summit, então tem que inovar nessa questão; obviamente, Ver. Pedro Ruas, sem deixar de fiscalizar. Eu vejo muito isso, a gestão está se tornando, mas tem que qualificar a fiscalização. Eu não quero que, daqui a pouco, um paciente minta, um paciente *fake* receba fralda e um não receba. Então é isso o que a gente não quer, mas tem que, obviamente, tentar trabalhar. Acho que é isso, gente, obrigada.

SR. NELSON KHALIL: Em primeiro lugar, vou falar sobre essa questão de que fralda pode passar porque é uma questão de vulnerabilidade. Realmente, na CIB 80, no final, falava em três salários mínimos como recorte de renda, mas isso nunca foi exigido, nunca foi exigido, agora que se fala em exigir o recorte de renda porque há uma clara intenção – isso já foi me dito informalmente – de diminuir o número de fraldas dispensadas, o que é uma crueldade. Além disso, a questão da saúde, por exemplo, transporte... Transporte eu concordo que tem que passar para a Secretaria de Desenvolvimento Social, até porque o transporte não implica só em saúde, implica em educação, aí tu podes unir as duas coisas e otimizar os custos e despesas. Então, realmente, tem que passar; mas fralda é insumo de saúde, além do que, me perdoa, mas não vai ter funcionário nenhum a mais, porque o mesmo funcionário que dispensa paracetamol, que dispensa qualquer outra medicação vai dispensar fralda também, porque todo posto de saúde tem funcionário para entregar medicação, tem farmácia, em todo posto de saúde, então não vai criar nada. O único problema – e aí eu concordo plenamente – é o espaço; mas, na minha concepção, as farmácias dos postos recebem medicação toda semana.

SRA. CAROLINE SCHIRMER: É mensal.

SR. NELSON KHALIL: Não é semanal? Na época do secretário Pablo, ele dizia que era semanal, inclusive nós tivemos uma discussão por causa do estrago da Kombi.

SRA. CAROLINE SCHIRMER: Tem reposição, mas o reabastecimento é mensal.

SR. NELSON KHALIL: De qualquer forma, eu acho que, se não entregarmos nos 100 postos, nós podemos aumentar um pouco o número de postos em que são entregues. Esse é um problema. Agora, há outro problema que é a questão de o privado entregar a fralda, que o privado vai ter um custo, e, pelo que eu já ouvi algumas estimativas extraoficiais, esse custo estaria em torno de três vezes o custo de hoje de uma fralda. Então esse custo a mais eu acho que é bastante complicado. E nós temos que garantir, nós temos que garantir, porque veja bem, três salários mínimos de recorte de renda... Isso o próprio secretário Sparta me disse que não. Eu perguntei para ele: o senhor acha que quem ganha R\$ 4 mil por mês tem condições de gastar R\$ 500 em fralda? Ele disse que não, é óbvio que não. Poxa, sem levar em consideração que o custo de vida de uma pessoa com deficiência é muito maior do que o de uma pessoa sem deficiência. Eu, por exemplo, estava conversando agora há pouco com o Ver. Medina, e eu estou com problema na minha cadeira de rodas por causa da bateria que custa R\$ 2 mil. Então esses custos a gente tem que levar em consideração. E o secretário Sparta também tinha me dito já há muito tempo que ele tinha ideia de fazer, como ele fez no município em que ele foi Prefeito, a entrega domiciliar das fraldas. Inclusive conversamos naquela ocasião, de fazer um projeto piloto aqui, porque Porto Alegre é maior do que a cidade que ele administrou, numa região de Porto Alegre para ver se funciona. Eu tenho certeza absoluta de que se funcionar, essa entrega domiciliar, o custo é menor do que entregar para o privado fazer a distribuição de fraldas. É só uma questão de ver o que é melhor. Então eu acho que há muito espaço para a gente trabalhar nisto, e acho que a gente tinha que ser, como eu já disse antes, eu falei inclusive com a Carol, a participação da gente, do público interessado em discutir isso, porque normalmente, por vivermos essa situação, a gente tem mais propriedade e consegue achar soluções. Eu quero achar soluções que sejam econômicas para o Município, porque quanto mais econômica for para o Município, mais possibilidade nós

teremos de ter todo mundo com fraldas, porque a gente sabe que o Município tem um cobertor curto, tem que atender vários, tem que atender os absorventes, tem que atender pasta de dente, uma série de coisas que não atende hoje. Mas o que a gente não atende hoje não é desculpa para tirar o que já está sendo atendido.

SRA. CAROLINE SCHIRMER: Seu Nelson, só uma consideração, o senhor falou dos custos, foi feita uma análise no início desta gestão, em relação a essa possibilidade, a gente começou pelas fraldas. Na verdade, na época, nós tínhamos essa portaria do Estado que repassava R\$ 1,00 por fralda, e a gente já tinha um custo, o Município colocava em cima mais em torno de R\$ 1,00, um pouquinho menos. Só que a gente não pode considerar só o custo da fralda, a gente tem que considerar todo o custo do serviço, de servidores, e principalmente o custo de logística de transporte. Então quando se colocou, olhando ali pelo ApuraSUS, que avalia de fato tudo, luz, água, todos esses serviços, e repassando que foi isso também que foi feito na Atenção Primária e nas Equipes de Saúde da Família, o valor era semelhante. Eu posso trazer e mostrar, mas assim, só para trazer que não dá para comparar só o custo da fralda, porque tu tens os custos indiretos que são agregados, e que é um custo, na verdade, para o Município. Então isso também foi passado nessa transição. Obviamente que se modulou de outras formas, imagino que vai ser feito um chamamento e farmácias que se sentirem aptas façam a adesão conforme o preço, eu acho que é o modelo talvez mais indicado para essa contratação, e a ideia é que a gente tenha, mas concordo, tem todos os poréns, e a gente precisa se certificar, e talvez, não sei de que maneira, pensar em algo piloto nesse formato, também nessa parcerização, na dispensação das fraldas.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (Procede à descrição da imagem.) Eu acho importante esse tema – e aqui estão presentes as secretarias –, essa discussão, porque para nós essa é a maior intenção desta comissão, é a gente achar fluxo, através das secretarias, porque muitas vezes as secretarias

têm um entendimento e na ponta é outra totalmente diferente. Então essa questão dessa nossa reunião, nós somos vereadores, e eu principalmente, vereador de comunidade, que me deparo todos os dias principalmente com essa questão das famílias nos demandarem pedido de fralda, diversas situações que demandam tanto da saúde como do serviço social, então nós já estamos acostumados com esse tipo de demanda e com essa dificuldade real que as famílias têm, e esta comissão é para isso, para a gente estar debatendo e ver a possibilidade, e daqui a pouco se o fluxo não seria esse, as secretarias estão aqui para a gente debater e ver a melhor forma. Se fala em 17 regiões, se fala em farmácias, enfim, mas o principal motivo aqui, a questão é atender com qualidade e sem constrangimento, porque essa é uma das coisas principais, que acredito também, não constranger as pessoas nesse atendimento. Deve-se fazer um trabalho já direcionado aos profissionais, seja farmácia particular, grandes redes, pagos ou a questão desses encaminhamentos SUS. Essa é a maior dificuldade, a maior preocupação da sociedade. Para quem é da ponta e muitas vezes não consegue comprar medicação, depende da medicação do SUS, da farmácia distrital, da farmácia bairro para poder ter esse acesso. Então acho importante esse debate aqui, sim, muitas vezes acalorados, mas de forma construtiva, porque eu acredito que daqui a gente vai, sim, dar o encaminhamento correto. Vereador, mais uma vez te parablenizo por trazer essa pauta tão importante como tantas outras que estão sendo debatidos aqui nesta comissão.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Quero parabenizar nossa comissão aqui na pessoa do nosso presidente. (Procede à descrição da imagem.) Na Mesa vejo meus amigos Pedro Ruas, Medina, Cassiá. Hoje vou ao Beira-Rio, até porque quem gosta de gauchão é prenda, vamos ser campeões da Copa do Brasil e da Libertadores. Mas enfim, essa é uma pauta importante, nós somos solidários, nós entendemos que não há como fazer economia na questão da saúde pública, nós temos que investir. Primeiro eu quero parabenizar mais uma vez o Medina, que posso falar com tranquilidade que é o vereador que

mais traz essa questão dos idosos; todo mundo ajuda um pouquinho, mas o Medina é nossa referência neste assunto. Quero colocar o nosso gabinete à disposição, Medina, para assinar contigo os projetos, na coautoria, e também na captação de recursos junto às nossas emendas impositivas. Entendo também que nós não podemos economizar com a questão da saúde pública, ainda mais nesta causa tão importante e tão delicada aos olhos de quem mora em Porto Alegre. Contem conosco sempre.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Bobadra abriu a porta, que vai ajudar a secretaria. A Sra. Josiane França está com a palavra.

SRA. JOSIANE FRANÇA: Obrigada, boa tarde a todas, todos e todes, eu quero só contribuir na fala que o Nelson trouxe, com muita propriedade, que quando são construídas as leis, projetos, de suma importância, para nós, pessoas com deficiência e idosos. Só que também, é importante que haja a conversação conosco, porque é feito com carinho, é feito para atender às nossas necessidades, mas como já foi pontuado pelo Nelson, e eu repito, com muita propriedade: só nós sabemos o que a gente passa, o que a gente precisa, e eu falo isso com muita convicção. Esses dias, né Nelson, eu cheguei atrasada aqui, o vereador também presenciou, porque eu usufruo do transporte público, ou seja, quem usa, quem está ali é que pode trazer o que a gente precisa ou não precisa; eu uso o SUS, então eu tenho propriedade pra falar sobre. Não desmerecendo ninguém aqui dentro e, falando mais uma vez: os projetos, as leis são feitas e construídas com muito carinho, mas que não esqueçam de nos chamar para que a gente possa trazer as propriedades as quais a gente, realmente precisa. E sim, Nelson, eu concordo contigo: há controvérsias aí nessas farmácias...Não sei, não. É complicado a gente estar confiando, eu vou usar até uma metáfora: no escuro; porque que a gente não sabe para aonde vai o dinheiro, e de onde ele está vindo direito, né Nelson? Falando das duas secretarias. Obrigada, gente pela oportunidade de fala.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Valeu Josi. Antes de você falar, Cássia, a nossa preocupação, da comissão, e também da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, é a não retirada dos direitos já concedidos para as pessoas. Quer dizer, que os direitos dessas pessoas venham a ser respeitados; também a preocupação é com a qualidade, inclusive a Sílvia, que me mandou uma mensagem, falando que a qualidade também das fraldas, têm sido de péssima qualidade. Quer dizer, são pessoas que utilizam – não foi eu que escrevi -, ela mandou a mensagem, falando: gostaria de informação sobre o que foi resolvido no assunto das fraldas, hoje; mas está péssima a qualidade das fraldas e quase sempre faltam alguns tamanhos. Quer dizer, está sempre faltando tamanho, não tem os tamanhos que as pessoas procuram; segundo a Sílvia que mandou essa mensagem. Então quem pode responder, é quem está cuidando. E a manutenção para que não falem as fraldas nos locais onde vão ser distribuídas. Eu acredito que a Secretaria de Desenvolvimento Social que vai fazer o chamamento para as farmácias, que ela tenha o cuidado, Cássia, juntamente com o Simões e o William, para fazer uma fiscalização dessas farmácias, para que essas farmácias tenham acessibilidade para essa população; se chega lá um cadeirante, não tem condição de entrar na farmácia, vai ter que ficar lá fora, esperando que alguém venha atendê-lo. Nós sabemos que a acessibilidade de Porto Alegre, infelizmente é horrível, em todos os aspectos, porque Porto Alegre ou qualquer estado talvez não se programaram para esse tipo de situação das pessoas com deficiências, para os nossos idosos, para os cadeirantes. A gente não vê, infelizmente vai passando os anos, e a gente não vê mudar, a gente não vê o comércio se atualizando. Nós fizemos há uns três anos, no mercado público, juntamente com o senhor Nelson, com a Lisa, pessoas que eram da pauta, e a gente não viu, de lá para cá, não mudou nada! Se você for ali no mercado público e você é uma pessoa cadeirante ou deficiente visual, você não consegue andar, e entrar em determinado lugar ali no mercado, não consegue; se um cadeirante quer ir a um restaurante, para se alimentar, não consegue, porque não tem uma mesa adaptada para ele, não tem um espaço que ele possa chegar e ficar confortável. Eu recebi no meu gabinete, agora de

manhã, o pessoal da Associação Esporte +, um menino que é deficiente visual e um colega dele que é cadeirante, me disse que chegou ali no Trensurb o elevador está estragado há mais de 4 ou 5 anos; o elevador na frente da estação rodoviária nunca funcionou. Quer dizer, eles fizeram um elevador para “inglês ver”; a escada rolante, no dia em que eu estive lá, a escada rolante não funcionava ali no mercado público, eles fizeram a rampa para cadeirante do outro lado da avenida, se o senhor está do lado do mercado público, para o senhor acessar o Trensurb, o senhor tem que atravessar a rua para o outro lado, para descer a rampa, arriscando a vida. Infelizmente, a gente vê a cidade, os nossos governantes, temos que cuidar de todas as pessoas; nós temos que nos colocar no lugar dessas pessoas, temos que nos colocar no lugar dessas pessoas! Graças a Deus, a minha deficiência é não conseguir enxergar para perto, direito, eu preciso dos óculos para ler; mas para longe e para me locomover na cidade, graças a Deus eu não tenho dificuldade, eu ando normal. Mas, e os cadeirantes? Eu mandei para o nosso secretário da EPTC, eles fizeram no centro o piso podotátil que não chega a lugar nenhum, tu desces da parada, da tu sai, tu voltas novamente por trás da parada, aí eles colocaram o piso podotátil no meio da parada e a parede, um espaço de, no mínimo, 80 cm. Então falta aos nossos secretários que estão à frente das secretarias, não apenas ficarem dentro das salas onde eles estão trabalhando, mas, sim, andar na rua para ver a situação da população e buscar, junto a quem pode buscar, alternativa, o que nós podemos fazer para dar uma condição melhor de vida para essas pessoas? De que forma nós podemos buscar? Onde que nós podemos buscar? Então eu vejo que está faltando este olhar a mais, nós estamos envelhecendo, sem contar que nesta sala tem quase a metade acima de 60 anos, temos que ter alguém para cuidar dessa população, desses idosos, uma secretaria. A minha luta também é um centro de referência para o idoso na cidade de Porto Alegre, onde o idoso vai buscar atendimento naquilo que ele necessita, que tipo de especialidade ele precisa. Por exemplo, ele precisa fazer um cartão de estacionamento, precisa renovar a carteira de identidade, então ele vai ter este lugar. A gente está lutando para isso porque o Brasil está envelhecendo, só no Estado do Rio Grande do Sul

nós temos dois milhões e cem mil idosos acima de 60 anos. Então, o grito do Sr. Nelson, Cássia, é o grito de milhares de outras pessoas, ele não está indo contra nenhum tipo de ação ao qual o governo está fazendo, ele quer saber se essas pessoas serão, de fato, de verdade, atendidas e respeitadas como cidadãos porto-alegrenses que têm direito e que contribuí com a nossa cidade.

SRA. CÁSSIA KHUN: Eu fui buscar, Sr. Nelson, quando falava o Ver. Pedro Ruas sobre a questão de ficar esperando para ser atendido, os dados que eu trouxe. Por exemplo, nós temos no Extremo Sul 148 pessoas que vão retirar na Vila dos Comerciários, que é na Vila Cruzeiro, normalmente acabam suas fraldas entre os primeiros dias ou 30 dias da sua última retirada. Então a tendência é que, para aquelas 148 pessoas que vão viajar do Extremo Sul – é uma viagem, é longe – até a Vila dos Comerciários, nos cinco dias, dê essa aglomeração e ocasiona essa espera. Uma das intenções de pulverizar isso, de capilarizar em diversos locais, e, quando eu falei nas regiões do Orçamento Participativo, eu disse no mínimo, é no mínimo mesmo porque a nossa intenção é que seja em mais. A tendência é que não tenha essa espera, porque, se nós tivermos, ao invés de um lugar para atender essas 148 pessoas, seis lugares, no mínimo, para atender elas, já vai diminuir bastante a espera delas.

Sr. Nelson, eu pontuei algumas coisas que foram questionadas, não é interesse retirar direitos, não é; o interesse não é retirar direitos. Eu vejo, pode ser que eu esteja puxando a brasa para o meu assado, com a vinda para a Secretaria de Desenvolvimento Social, especificamente para a Coordenadoria do Idoso e a Coordenadoria de Acessibilidade, que nós teremos profissionais que o Desenvolvimento Social tem, a Saúde até conta, que são profissionais que têm uma maior sensibilidade, são os nossos assistentes sociais, são os nossos psicólogos, nós temos uma maior sensibilidade, nós temos profissionais que vão ter mais sensibilidade nesse atendimento. Afora isso, é importante que a gente deixe claro que no nosso Termos de Referência também tem a questão de que as farmácias que vão fazer a dispensação desses insumos elas sejam acessíveis, isso estará no nosso Termo de Referência. Nós queremos a

capilaridade, elas têm que estar nas 17 regiões; se tiver mais, vai aumentar sua pontuação. Conforme o questionamento do Ver. Cassiá Carpes, nós não sabemos ainda qual é a farmácia porque vai ter o certame. Espera-se que seja uma grande rede, porque nós vamos ver uma farmácia do bairro que vai daqui ao Extremo Sul; deve ser uma grande rede, porque, uma das exigências, é a capilaridade. Vai ter no nosso Termo de Referência a questão de ter acessibilidade, porque nós estamos lidando com idosos, estamos lidando com pessoas com deficiência, então nós não podemos ter uma farmácia que tenha 2, 3 degraus e que a pessoa tenha que pedir da rua. Não, isso é inadmissível, é um constrangimento para pessoa que é usuário, que está lá na ponta, e isso a gente não quer. Nos chegou, na SMDS, essa missão, a gente não é o primeiro escalão, a gente está lá na ponta também, a gente está lá para políticas públicas, mas eu estou aqui olhando o meu celular porque eu estou em contato com o posto de saúde para que o idoso, que caiu hoje de manhã, seja bem atendido. Se é ou não um serviço da coordenadora da Política para o Idoso, não sei se está nas minhas atribuições, mas eu não deixo de fazer, eu faço e faço isso às 7h da manhã e às 11h da noite, seja no final de semana. A gente vai para dentro da Rodoviária – não é, vereador – procurar idoso que está lá parado; eu faço isso, o telefone da Coordenadoria está no siga-me e toca no meu celular. Então a gente tenta fazer, não sei se a gente consegue sempre, mas a gente tenta fazer. E outra coisa bem importante que eu deixei para o final é a questão que o senhor falou, já correndo de forma extraoficialmente, que é o recorte de renda. A gente trouxe, logo no início aqui, a fala de que esse recorte de renda das pessoas que estão cadastradas dos três salários mínimos já vem da CIB de 2019. Hoje, essas pessoas que recebem têm que fazer o recadastramento de tempos em tempos, até por causa da questão do laudo médico, para ver se se mantém, se a pessoa está viva, não foi a óbito, então, uma série de situações. Nós vamos pedir que todas as pessoas façam o cadastro no CadÚnico; o CadÚnico não é para quem tem baixa renda ou não tem renda, mas é para termos os dados, já que é um sistema que nos fornece os dados. É um sistema autodeclaratório, ninguém precisa chegar lá e apresentar contracheque. Se a

pessoa chegou lá e diz que não tem condições, a minha renda é esta, isso nós já temos dentro da assistência social que é, como eu falei, uma equipe com maior sensibilidade para lidar com uma situação que não é simplesmente de entrega de um insumo, tem muita coisa por trás disso. Existe um projeto, se forem verificar no processo de compras que é um SEI que é aberto, nós estamos até criando um nome para ele que ele vem de dentro da Coordenadoria do Idoso, que é para cuidar do nosso idoso; nós queremos saber quem é o nosso idoso que retira essa fralda, porque esse nosso idoso que vai lá e retira essa fralda, falo pela minha coordenadoria, mas tem certeza de que... A gente quer saber qual é o perfil, se esse idoso, eventualmente, está sofrendo uma violência. Então a gente precisa saber a gente precisa saber. Isso é serviço social. Eu acho muito importante que, nesta dispensação, ele seja atendido lá e, óbvio, a nossa fiscalização vai ser a garantia que nós temos, pode não ser uma garantia como a de um cargo público, como o senhor falou, Vereador, mas é a garantia que a gente tem do contrato administrativo e é nesta garantia que a gente vai ter que se basear e é o que nós. Mas nós estamos fazendo com uma intenção de melhorar, a gente não quer nem retirar direitos nem piorar, a gente só quer que chegue lá. Hoje a fralda é comprada, é distribuída entre os três centros e é dispensada ao usuário. Qual é a chance de faltar essa fralda lá na ponta ou faltar na farmácia? Porque vai ter, no termo de referência, no contrato, que, se não tiver em estoque a fralda que está na listagem da farmácia popular, ela tem que dispensar uma de maior valor e de melhor qualidade. Então a gente vai amarrar isso muito bem, vai passar para a equipe de contratos do Município também e temos a intenção de que tudo dê certo. Sabem que cem por cento da excelência a gente não consegue, mas vamos tentar 80%, 90%.

SRA. TATIANA LEAL: Bom, três perguntas, Cássia, por favor, das questões. Primeiro, durante o processo, ou pelo menos dentro dessa mudança, a Secretaria da Saúde ainda vai ser um formato transversal ou é só do Desenvolvimento Social que vai ficar a dispensação? A outra questão: quais são os critérios de retirada dessas fraldas pelos usuários? E o mais importante que

nós temos entendemos, como será a comunicação, a informação que as pessoas vão ter? Como elas serão comunicados dessas mudanças? Acho que é isso aí.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Cássia, nós estamos quase encerrando. Quer responder agora ou vai esperar?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Alvoni, só uma observação, após as intervenções, nós temos ainda os encaminhamentos, não esqueçam desse detalhe porque isso vai nos demandar um certo tempo e algum grau de consenso.

SRA. MARIANA FENALTI SALLA: Meu nome é Mariana, eu sou defensora pública. (Procede à descrição da imagem.) Atualmente eu estou na direção do Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa. Em relação especificamente a esta questão da mudança da sistemática de dispensação das fraldas, eu fui introduzida ao tema mais recentemente, não estava sabendo que haveria essa mudança no aqui no Município. Diante de tudo que foi conversado e debatido aqui, tivemos uma construção bem positiva nesses debates e uma ideia que me vem à mente, até por essa informação, por exemplo, que a Cássia trouxe agora, ao final, de que vai haver uma cláusula de que, caso não haja fralda disponível, tem que ser disponibilizada uma de valor superior. Essa é uma informação muito importante. Então o que me veio à mente é que, caso venha a ocorrer efetivamente essa mudança, não sei se vai haver, mas que sejam criados paralelamente mecanismos também de fiscalização coletiva pela população e de controle. Então essa informação teria que ser amplamente divulgada à população, aos usuários e, talvez, disponibilizar uma ouvidoria de forma que não só a Prefeitura pudesse fiscalizar e controlar, mas que facilmente pudesse ser reportada alguma falha, sempre visando que haja a mais ampla disponibilização e dispensação das fraldas que são tão necessárias à população idosa e às pessoas com deficiência que necessitam do uso. Então, se pudesse haver algum encaminhamento, nesse

sentido, a minha sugestão seria que eventual projeto fosse acompanhado de mecanismos de fiscalização popular e também divulgação desses recursos disponíveis à população, como a substituição por uma fralda de valor maior. Obrigada.

SRA. PAULA CARVALHO KLEINOUSKI: (Procede à descrição da imagem.)

Sou procuradora do Município, atendo a Secretaria de Saúde, boa tarde a todos. Com relação a essa questão que vem sendo pautada, eu acredito que seja o principal, quando a gente chegar e se for levado a cabo esse projeto, de fato, a fiscalização. E vem, me parece, em boa hora, essa sugestão da Dra. Mariana, no sentido de que haja não só o que já é um desafio no Município, a fiscalização contratual. Ela é fundamental para que esse processo todo transcorra da melhor forma e que atenda bem à população que necessita, mas também, de fato, a boa divulgação dos direitos de todos os usuários e a fiscalização popular também. Eu não atuo no Desenvolvimento Social, mas temos lá a Procuradoria também presente para a gente justamente trazer essa fiscalização para além da fiscalização interna, que a gente consiga buscar a fiscalização por meio de quem efetivamente utiliza o serviço.

SR. WILLIAM CABRAL TEMPEL: Eu acho que tudo foi amplamente debatido, acho que o melhor espaço aqui é a Casa do Povo. Antes, até então, era discutido sempre dentro do Executivo. Eu acho que a oportunidade de a gente poder debater aqui é expor as dificuldades do lado da população, que é quem usa, quem utiliza o serviço. Quero me apresentar primeiro, eu sou o William, coordenador de acessibilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Eu sou moreno claro, tenho 1,77m de altura, estou vestindo camisa xadrez e uma calça *jeans*. Uso óculos. Continuando, a primeira pergunta do Nelson foi determinante: por que está vindo para SMDS. Existe só um motivo, presidente, um motivo que é o principal, os demais eu considero acessórios, mas também de grande importância, que, até então, como a Jose colocou ali, a gente está no escuro, porque a gente não sabe se realmente vai dar certo. Nós

projetamos que vai dar certo, porque esse foi o planejamento. Quando a gente faz um projeto, a gente faz um projeto para dar certo, todo esse estudo foi feito vislumbrando que dê certo, que é a questão da capilarização, da distribuição. A questão toda, vindo para SMDS, nós temos o olhar social, é montar o perfil social das pessoas, incluir elas dentro das políticas públicas do Município, para não só dar assistência em fraldas, mas dar assistência em transporte, dar assistência na questão da violência. Todo esse perfil não é montado dentro da saúde, mas é montado dentro da assistência social. Essa vinculação com a assistência social é que é o motivo de estarem vindo para cá as fraldas. A gente entende que as dificuldades, tanto da dispensação de fraldas, que ocorrem hoje na saúde – não ocorrem, Tati? –, elas podem acontecer também dentro da área de assistência social. Acho que é importante o que o vereador pontuou ali, que é a questão da fiscalização, que é o ponto comum aqui, que é fiscalizar para que um serviço feito por uma empresa privada seja efetivo, não falte e seja, inclusive, melhor do que é feito pela saúde, senão não tem motivo de sair da saúde e vir para a SMDS, tem que ser um serviço melhor. E um serviço melhor em termos de valor agregado, não só em termos de entrega de fraldas. A gente quer dar valor agregado para esse perfil que hoje o Município não conhece. Trazendo para dentro da SMDS, nós vamos conhecer o perfil. Eu vou dar o exemplo do transporte social, que a gente estava há pouco falando, fazendo uma analogia. O transporte social, que era feito pela saúde, está dentro da SMDS, eu estou fazendo a gestão desse projeto. Hoje está conosco lá. Nós conseguimos identificar que o serviço hoje prestado por uma empresa contratada pelo Município, com os táxis acessíveis e as vans adaptadas, ele sai muito mais em conta, embora seja caro, lembrando que ele é caro, pessoal, nós estamos fazendo um projeto para melhorar esse serviço. Ele é caro, mas ele é muito melhor e mais barato do que se a Prefeitura estivesse contratando motoristas para levar, inclusive, comprando ou locando esses veículos adaptados, para poder fazer o deslocamento e transporte dessas pessoas. É uma empresa privada que está atuando nessa ponta, e ela está atuando de forma satisfatória. O problema desse serviço é que nós não temos recursos para atender à

demanda, nós não temos todos os recursos para atender à demanda. Existe fila. O nosso projeto, que precede esse serviço, tem um termo de referência, que é o projeto Porta a Porta, que vai dar amplitude para o serviço. É uma empresa privada entregando serviços de transporte para a população que precisa hoje ser atendida pelo Educandário e outras instituições. Só quis fazer a ressalva do porquê está para a assistência social, a importância de nós podermos incluir essas pessoas com vulnerabilidade social num programa muito mais amplo da Prefeitura.

SRA. JOSIANE FRANÇA: É só para corrigir a minha fala, porque, equivocadamente, usei as palavras “leis e emendas”, porque eu estou acostumada a trabalhar com essas, mas eu queria falar “projetos”, até porque o próprio vereador que está à frente desta plenária, o Ver. Medina, ele tem feito leis e emendas maravilhosas para nós, pessoas com deficiência. Eu quero frisar que ele sempre chama as pessoas com deficiência para participarem das mesmas. Uma coisa que eu preciso saber, não é a palavra “coisa” que eu devo usar: essas farmácias serão pagas? Vocês já têm o valor estipulado? Se sim, se serão pagas, quanto que vão pagar? Anteriormente, eu esqueci de dizer, porque é novo para mim, eu estou assessora parlamentar da deputada Reginete Bispo, e sim, gente, eu sou cega. Obrigada. Desculpa, mas eu preciso falar, vereador, porque tu bem sabes, tem gente que pensa que nós, pessoas com deficiência, não somos capazes.

PRÉSIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Não, com certeza, cem por cento. O Sr. Carlos Simões está com a palavra.

SR. CARLOS SIMÕES: (Procede à descrição de imagem.) Eu fiquei pensando nas várias ponderações e colocações de todos os participantes, os vereadores, os colegas de Prefeitura, a Defensoria, a Procuradoria-Geral do Município também, o Nelson Khalil, liderança do Comdepa e também, por muito tempo, do fórum dos conselhos municipais. Acho que, enquanto Secretaria de Governança

Local e Coordenação Política, o que a gente pode oferecer é lembrar que o art. 15 da Lei nº 661, de 2010, indica que o fórum dos conselhos pode propor, quando dois conselhos tiverem políticas afins, ou mais, que exista uma ação cooperativa. A mim parece que esse trabalho que sai da saúde e vai o desenvolvimento social e que existe orçamento e que tem que contemplar 3.002 usuários ou, se 12 fraldas por dia, 36.024 por mês, 1 milhão e 80, ou, por ano, 12 milhões, 968 mil e lá vai pedrada, se existem esses recursos, se está sendo feita essa compra. Além da fiscalização, eu creio que a gente poderia pensar, Nelson, e aí sob a tua liderança no fórum dos conselhos, com o conselho da criança e do idoso do Comdepa, uma proposta de a gente ter a possibilidade de que as organizações sociais que transitam com a captação de recursos e nas chamadas públicas tenham a possibilidade de, a qualquer tempo, a qualquer momento, poderem exercer a função de aquisição de fraldas. Nós temos muitas entidades qualificadíssimas em Porto Alegre, que atendem crianças, adolescentes e idosos, que compram fraldas, mas que têm um limite naquele plano de aplicação dos seus termos de fomento. Seria tipo furar um teto, para que essas instituições pudessem, nos seus territórios, para aquelas famílias que mais precisam, aquela criança, aquele adolescente que vai na Kinder, que vai na AACD, que vai no Jesus de Praga, que vai no Santo Antônio dos Excepcionais, dentre tantas, ou aquelas dos idosos, como tu bem conheces, como a Gustavo Nordlund e outras tantas que tem pela cidade, gastar esse recurso que elas recebem, que elas captam, inclusive, das emendas parlamentares que podem ser direcionadas para elas também. Que seja também colocado para a questão das fraldas, não como substituição, mas como uma complementação possível, à exceção, na falta, e territorialmente vinculada com essas famílias que já usufruem durante o período...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS SIMÕES: Exatamente. Mas eu volto também a valorizar a fala do Ver. Pedro Ruas, que saiu: a empresa contratada tem que cumprir, tem que

suprir – acho que o Ver. Alex também comentou isso –, a empresa tem que responder isso a contento, mas acho que a gente pode também, sob a tua liderança, tu tens esse carisma, com o Fórum Municipal dos Conselhos, são 30 conselhos, e eu enxerguei ali pela Lei nº 661 três conselhos que podem conversar...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS SIMÕES: Eu sabia que tu ias conseguir ver mais do que eu! Era isso, muito obrigado.

SR. NELSON KHALIL: Conselho de Saúde, Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho do Idoso, Conselho de Assistência Social e Conselho dos Direitos Humanos: são cinco conselhos que estão visceralmente interessados nesse assunto. Antes – eu acho que vai ser a minha fala final –de começar, eu quero deixar bem claro que todas as divergências que eu tenho aqui são apenas divergências, eu respeito imensamente o trabalho de todos vocês, eu sei do carinho e da atenção que vocês têm com esse assunto, mas isso não impede que a gente tenha divergências, e divergências grandes. Uma das coisas que foram faladas aqui, que é importante e que está sendo muito esquecida, é a questão da comunicação. Eu recebo, com muita frequência – e o William sabe disso, porque eu já conversei com ele sobre isso –, pessoas querendo fazer vaquinha para aquisição de fraldas, porque simplesmente não sabem que o Município entrega fraldas, aí eu tenho que esclarecer para elas como fazer o processo para se habilitar ao recebimento de fraldas, porque elas não sabem que têm acesso a esse direito, portanto esse direito não é fornecido. Aí eu chego no ponto fundamental: eu acho que a Secretaria de Desenvolvimento Social tem uma ação decisiva nesse ponto, ela realmente tem que se imiscuir na questão das fraldas, mas não na entrega, não na aquisição, e, sim, na informação, na descoberta do perfil das pessoas que utilizam, dos vulneráveis que utilizam. Tudo isso é tarefa da Secretaria de Desenvolvimento Social; a aquisição e a

entrega dessas fraldas é da saúde, é um insumo de saúde, não podem se misturar as duas coisas, porque são coisas absolutamente diferentes. No meu ver, não está no escopo da Secretaria de Desenvolvimento Social comprar e entregar fraldas; o que está é descobrir o perfil dessas pessoas, descobrir como é que elas utilizam, ensiná-las a utilizar melhor, uma série de questões, mas não a de comprar e entregar as fraldas, isso é ação da saúde, e, por essa ação, ela pode, através da comissão tripartite, inclusive, reivindicar verbas maiores para a saúde, ela pode fazer uma série de outras coisas, porque é a missão deles.

Quanto à questão de acessibilidade em farmácia, isso não me preocupa nem um pouco, me preocupa acessibilidade nos postos de saúde, nos CRAS, que aí não temos acessibilidade; nas farmácias, até por interesse comercial, porque as pessoas com deficiência são os maiores clientes das farmácias, a gente sempre tem acessibilidade. Então não vejo esse problema, vejo, sim, em posto de saúde, tem posto de saúde que a gente é atendido na rua, porque não consegue entrar; me preocupo com os CRASs, tem vários que eu não consigo, o Simões sabe muito bem disso – acho que aquele que tu estavas, inclusive, não tinha acessibilidade também, né?

Essas questões para mim são tranquilas, agora, como encaminhamento, eu gostaria que a gente pudesse discutir essas questões com mais profundidade e com a participação da sociedade civil, do Comdepa, das entidades do Comui, da Criança e Adolescente, de todas as entidades que realmente utilizam fralda, e ver quais são as dificuldades que elas têm e como é que a gente pode resolver esse problema, porque nós queremos colaborar e queremos resolver o problema, eu não quero mais pegar casos – me emociono ao falar sobre isso –, como o Jorge, que faleceu e, além de ter falecido, faleceu sofrendo muito, porque só quem teve uma escara sabe o quanto dói, ele tinha escaras imensas por falta de fralda, isso eu não quero ver mais, eu não quero ver mais pessoas usando lençóis como fralda, eu não quero ver mais pessoas tendo que trocar colchão porque as fraldas eram de péssima qualidade e vazaram todas. Essas coisas doem, só quem vê isso, quem está nos bairros pobres, nas vilas, onde eu moro,

que vê essa situação, que sabe quanto isso é cruel, quanto dói. (Emociona-se.)
Gente, desculpa...

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Seu Nelson, eu sei que não é fácil, não, pessoal.

A Sra. Cássia Kuhn está com a palavra.

SRA. CÁSSIA KUHN: Acredito que também seja minha fala final. Como eu falei no início, Seu Nelson, só quem sofre pode ter essa emoção que o senhor está tendo em falar, porque o senhor sabe a dor que o outro sente, porque também tem o problema, e nós vamos tentar encaminhar para que seja feita da melhor forma. Eu quero responder às suas perguntas sobre a questão dos critérios, que é uma grande preocupação e se fala nesse tão temido recorte de renda: não existe nada nos nossos critérios que fale sobre esse recorte de renda. Os critérios são o cadastro no CadÚnico, são laudo médico e residência no município de Porto Alegre. Pode parecer uma coisa redundante, mas existem municípios no interior – e eu já trabalhei em vários municípios no interior – em que as pessoas pegam um comprovante de residência de um parente para conseguir um atendimento, algum benefício assistencial de saúde naquele município, então não é redundante falar; então a gente vai pedir o comprovante de residência no município de Porto Alegre, o laudo médico, e uma coisa importante de se falar, que a gente já discutiu bastante nas reuniões com a saúde, é que se fala até 150 fraldas/mês, por causa dessa CIB que determinava. Como ela foi revogada, já não existe mais, é importante que a gente diga que se no laudo médico, por algum problema de pele daquela pessoa que usa a fralda, vier escrito que se serão necessárias mais do que 150 fraldas/mês, elas serão dispensadas mediante o cadastro daquela pessoa – isso é muito importante.

A questão das farmácias, que foi questionado pela Josi, ela questionou se vão ser pagas. Como é um chamamento público, essas farmácias vão nos fornecer, elas vão prestar o serviço de entrega, de dispensação das fraldas para os usuários, vão ter o cadastro desses usuários, e isso será pago pela prestação

de serviço dela. Então, no nosso termo de referência, vai tudo que a gente requer nesse processo, e o valor que hoje é o valor de referência. Baseado nisso, nós vamos pegar o melhor preço aliado ao maior benefício; não adianta só a gente querer o que ocorre no registro de preços, se tem um preço baixo, em que pese tem ali a especificação da fralda, no registro de preço é fornecido e a gente já está sabendo e está vendo através até do seu relato e de tantos outros relatos, que a fralda não é uma fralda de qualidade. Então nós pretendemos, utilizando essa listagem da farmácia popular, que, para quem não sabe, a listagem da farmácia popular são listagens de fraldas de referência, que foram estadas e homologadas, e que são de melhor valor. Como falei, a gente vai colocar um adendo de que, na falta dessa fralda, que a farmácia tem que fornecer qualquer outra fralda de qualidade igual ou superior, porque isso é uma das garantias que a gente vai ter de que não vai faltar a fralda. Então, em tese, são essas as informações. Eu não sei se ficou algum questionamento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CÁSSIA KUHN: Ah, perfeito; é importante. Como que está sendo feito hoje? Hoje nós estamos comprando, hoje o serviço está totalmente interno, em tese não mudou nada para o usuário, ele segue buscando lá no posto. Então nós vamos ter uma forma de cadastramento, isso não vai ser do dia para a noite. Se o usuário, na sua última dispensação, ele não foi informado sobre isso, ele pode ter certeza que não vai correr no meio daquela, não vai ocorrer entre uma dispensação e outra e pegar ele de surpresa. Ele vai receber essa informação possivelmente na sua última dispensação. Então se ele foi lá retirar hoje, a partir do mês que vem, da tua próxima retirada, tu podes retirar em qualquer farmácia, tu podes tirar em qualquer lugar, qualquer farmácia que tenha na tua região. Então vai estar especificado, a gente vai fazer um folder, vai dar essa informação, ela vai ser amplamente divulgada, a gente pretende dar o maior número de informações possíveis. Eu gostaria de fazer só uma observação, porque uma das coisas que a gente tem intenção de fiscalizar também, tendo

maior controle nessa dispensação e no cadastro que nós teremos acesso através da SMDS, nós recebemos, através da coordenadoria, algumas denúncias de instituições de longa permanência, no caso dos idosos, de que as pessoas cobram do idoso que está institucionalizado lá, eles chegam lá e assinam o contrato, e eles cobram e eles têm uma procuração e retiram essa fralda. Então eles estão cobrando do idoso uma fralda que é retirada gratuitamente no Município. Então esse é um controle que a gente quer ter mais em cima para evitar, porque o idoso está pagando uma coisa que ele tem de graça, então isso, com o perdão da palavra, isso é uma palhaçada com o idoso, me desculpa.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): É um desrespeito.

SRA. CÁSSIA KUHN: É um desrespeito, e a gente não quer que isso aconteça.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CÁSSIA KUHN: Eu não sabia que também ocorria, eu tenho essa experiência do idoso. Então eu gostaria de também deixar, através dos pedidos de vocês, se for de consenso de todos, que, sim, que venham a participar, que exista um grupo de trabalho e que venha participar conosco na construção desta forma de pulverizar esse atendimento, de pulverizar essa entrega, porque a intenção é que se tenha menos dificuldades do que se tem hoje.

SRA. CAROLINA SCHIRMER: Cássia, só uma complementação. Essa informação é bem importante, porque foi um dos fatores motivadores. Dos três mil pacientes que retiram fraldas, a gente fez um cruzamento e apenas trezentos estavam cadastrados no CadÚnico, ou seja, o CadÚnico era a mesma renda que era exigida na portaria anterior de três salários mínimos; 10% das pessoas estavam no CadÚnico, claro que a gente sabe que muitos talvez não estavam cadastrados e que têm uma renda menor de três salários mínimos, mas não

imaginamos que seja os três mil. Muitos estão nessa situação de clínicas que retiram e cobram dobrado. Então talvez com um superfaturamento em cima dos idosos. Então esse foi um dos motivos também de unir com o CadÚnico.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Alguém do Lar Santo Antônio ou da Casa do Menino Jesus de Praga quer falar? Perguntar alguma coisa? (Pausa.) Não?

SRA. FERNANDA SCHUMACHER SQUEFF: Boa tarde, meu nome é Fernanda, eu sou assistente social no Lar Santo Antônio. (Procede à descrição da imagem.) Eu só fiquei com uma dúvida nesse processo todo; hoje a gente tem esse cadastro que está valendo anual agora, para a dispensação. Vai permanecer dessa forma? Vai haver alguma alteração para que a gente possa mensalmente retirar as fraldas? Se permanece, no caso do Lar, de irmos também à farmácia ou se tem a possibilidade de, de repente, essas fraldas serem entregues na instituição?

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Alguém da Casa do Menino Jesus de Praga quer falar? Perguntar alguma coisa?

SRA. EDUARDA ROOS: (Procede à descrição da imagem.) Atualmente estou na Casa do Menino Jesus de Praga, até por orientação do Santa Marta, que é o nosso posto de referência, nós fazemos a renovação anual, e a gente unifica esses processos. Então eles vão sempre vencer juntos. Uma problemática, digamos assim, é quando a gente precisa alterar um tamanho de uma fralda, de um processo, por exemplo, são crianças, elas vão crescendo enfim, aí todos são renovados, por exemplo, em janeiro, essa criança precisou de uma alteração, aí só ela vai ser renovada em abril, por exemplo. Claro que para uma situação é tranquilo, mas quando isso é um pouco mais recorrente acaba se tornando uma demanda burocrática que nos exige bastante. Então há a possibilidade de alguma

alteração nesse fluxo também, ou se é pensado alguma coisa nesse sentido. Obrigada.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Antes do Alex falar, eu tenho também alguns questionamentos. O prazo de entrega? Tem que esperar os 30 dias ou eu posso, dois ou três dias antes já tem a fralda, para que eu não espere terminar as que eu estou utilizando, e de repente eu chegar lá no local, porque se for através de farmácia talvez não vai chegar lá e vai faltar. Caso aconteça esse tipo de coisa, para que eu possa ter um prazo ali de um ou dois dias e não ficar sem a fralda.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu tenho duas preocupações. Mais uma vez, eu reforço a minha preocupação com relação a fiscalização. A Secretaria Municipal da Saúde tem agente de fiscalização que trabalha em diferentes áreas, mas eu acredito que a Secretaria de Desenvolvimento Social não conta com essa equipe. O Executivo tem agente de fiscalização?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Fiscais de contratos?

SRA. CÁSSIA KUHN: Fiscais de contratos e serviços.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Entendi. O que me chama atenção é justamente o Executivo estar pretendendo unificar os cargos de agente de fiscalização dentro de um escritório. O problema é que a proposta é que esse escritório fique embaixo do guarda-chuva da Secretaria de Segurança. Eu acho que o guarda-chuva é a saúde porque tudo passa pela saúde. É complicado, mas é necessário que um órgão gerencie basicamente, e existem algumas atividades que são de exclusividade da Saúde, como por exemplo, a vigilância

sanitária, de alimentos e tudo mais. Então a segurança não vai desempenhar bem as essas funções. Eu fico preocupado com relação a isso.

E outra coisa que me chama bastante atenção é o Município disponibilizar, para empresas, dados pessoais. Nós temos a Lei Geral de Proteção de Dados, que é uma lei federal que estabelece uma série de critérios, uma série de regulamentações, e eu acho que a PGM precisa estar muito atenta a todos os critérios e quaisquer informações que serão submetidas, de preferência, o mínimo possível, para que não haver problema. A gente precisa também resguardar justamente a integridade e o sigilo da privacidade das pessoas.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Vamos fazer o encaminhamento final. A Sra. Cássia Khun está com a palavra.

SRA. CÁSSIA KUHN: A informação que pediram sobre o Lar Santo Antônio, a gente não tem previsão de entrega no lar. A previsão vai ser de capilarizar a entrega em outros locais. Certamente vai ter um local mais próximo do que aqueles que vocês retiram hoje.

Depois sobre a questão e a importância de um momento como esse, a questão da criança. Eu estou aqui atentada para o idoso, o William para pessoa com deficiência, e eu nunca passou pela minha cabeça que a fralda muda de tamanho. Já sou avó, nem lembro mais de quanto, em quanto tempo que mudava a fralda das minhas filhas de tamanho. Mas eu já fiz anotação aqui para responder, e para a gente levar isso para que haja essa alteração de cadastro diante da necessidade.

SR. NELSON KHALIL: Só uma observação. Há inclusive um ofício nosso para Secretaria de Saúde pedindo a criação de um outro tamanho também, que é um tamanho intermediário entre o adolescente e o adulto, tem um tamanho intermediário. Nós já fizemos a solicitação para saúde e até hoje não foi correspondida.

SRA. CÁSSIA KUHN: São questões que a gente pode construir juntos., Sr. Nelson.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CÁSSIA KUHN: É importante, vou deixar anotado aqui também. Nessa alteração de cadastro, que é feita anualmente, é importante que a gente tenha atenção a isso, para que haja essa alteração de cadastro a qualquer tempo para as crianças, em questão da mudança de tamanho.

Aqui foi questionado sobre o prazo dessa mudança. O nosso prazo para esta mudança é o prazo de conseguir concluir, da melhor forma, o termo de referência e abertura do processo licitatório. E, já contemplando a sua pergunta, vereadora, amanhã nós temos uma reunião com a DLC para falar sobre algumas questões do termo de referência, o que que podemos o que não podemos colocar, e alinhar essas questões justamente para que se tenha as mínimas informações possíveis, respeitando a lei de proteção de dados. Então a gente está tendo bastante cuidado com isso, a gente agradece a confiança de vocês para esse processo, que a gente está moldando a muitas mãos, porque são muitas pessoas de setores diferentes – é saúde, é procuradoria, é Secretaria de Desenvolvimento Social. Então a gente tem bastante pessoas envolvidas para que a gente consiga fazer um trabalho bem próximo da excelência que as pessoas necessitam.

SRA. CAROLINA SCHIRMER: Só uma correção, Nelson. Tem os três tamanhos infantis; tem a juvenil, que é a de adolescente, a XXG, que já está disponível; e quatro tamanhos adulto. Então, ao total, são oito tamanhos de fralda, sendo juvenil, três infantis e quadro de adulto.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Sem mais delongas, alguém mais quer falar alguma coisa? Vou deixar o Sr. Nelson e o Leonardo responsáveis para, juntamente comigo lógico e com a Cássia, fiscalizar a situação do contrato das

farmácias, para a gente poder ter uma resposta, saber como é que vai ser, como é que não vai ser, de que forma., para que a gente possa dar explicação quando alguém nos perguntar como a Silvia que me mandou mensagem, eu nem conheço a pessoa, alguém deve ter dado o meu telefone para ela, porque eu não a tenho no meu telefone. Ela mandou mensagem aqui falando em relação à situação das fraldas.

SRA. CÁSSIA KUHN: Eu gostaria de justificar e também encaminhar para que esteja presente. A ausência do Conselho Municipal do Idoso, do qual eu e o colega Carlos Simões fazemos parte, não houve, como eu havia falado, não chegou ao conselho o convite. Embora eu o comuniquei, porque faço parte do conselho e hoje tinha uma planária, como não houve o convite oficial, inclusive a presidente do conselho disse que houve...

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Foi enviado, Samanta?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CÁSSIA KUHN: Mas não chegou ao conselho. Eu até perguntei para a Samanta e ela disse que foi encaminhada a listagem para quem encaminha, mas não chegou ao Conselho do Idoso e, por esse motivo, eles não vieram, tinha plenária.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Será que não está precisando melhorar a internet lá? Várias entidades não receberam, segundo a Eduarda da Casa do Menino Jesus de Praga. Então a gente tem que ver por que esse pessoal não recebeu, se foi enviado para eles. Se é o problema da Casa aqui ou é o problema do local que a pessoa não está recebendo ou que o endereço eletrônico do local também não esteja atualizado.

SRA. CÁSSIA KUHN: Mas certamente as demandas daqui serão levadas por mim e pelo Simões para o conselho, por que além dos nossos cargos, somos conselheiros também.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Então, nós agradecemos a presença de todos, aos vereadores e a cada um dos representantes das secretarias e a todos que estão com a gente na plateia. Que Deus abençoe a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h24min.)

TEXTO SEM REVISÃO